

Em quem voto e por quê

*
FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO

Poucas vezes o refrão de estarmos numa encruzilhada terá sido tão verdadeiro. Neste domingo os eleitores carregam para a votação o peso de uma responsabilidade histórica. E o mais grave é que, dadas as condições do debate eleitoral e as formas prevalentes de manipulação da opinião pública, boa parte do eleitorado nem atina qual seja a bifurcação diante da qual o País está.

Numa das mais mistificadas campanhas dos últimos tempos, a máquina publicitária e corruptora do PT e aliados espalhou boatos de que Aécio Neves acabaria com os programas sociais (em grande parte criados pelo próprio PSDB!) e Marina Silva seria a expressão dos interesses dos banqueiros, tendo nas mãos, com a independência do Banco Central, a bomba atômica para devastar os interesses populares. Por mais ridículas, falsas e primárias que sejam as imagens criadas (também eram simplificadoras as imagens do regime nazista ou do stalinista para definir os "inimigos"), elas fizeram estragos no campo opositor.

Guerra de acusações descabidas escondeu o tempo todo o que a candidata à reeleição deixou claro nos últimos dias: suas distorções ideológicas. Fugindo aos scripts dos marqueteiros, que a pintam como uma risonha e bonachona mãe de família, e do PAC, a presidenta vem reafirmando arrogantemente que tudo o que fez foi certo; se algo deu errado, foi, como diria Leonel Brizola, por conta das "perdas internacionais". Mais ainda, disse com convicção espantosa ser melhor dialogar com os degoladores de cabeças inocentes do que fazer-lhes a guerra, coisa que só os "bárbaros" ocidentais pensam ser necessária.

E o que é isso: socialismo? Populismo? Não, capitalismo de Estado, sob controle de um partido (ou do chefe do Estado). Um governo regulamentador, soberbo diante da sociedade, descrente do papel da opinião pública ("não é função da imprensa investigar", outra pérola dita recentemente por Dilma), com apetite para cooptar o que seja necessário, desde

empresários "campeões nacionais" até partidos sedentos de um lugar no coração do governo. Algo parecido com o que o lema do velho PRI mexicano expressava: fora do orçamento, não há salvação; nem para as empresas, nem para os partidos, nem para os sindicatos, para ninguém. *Crony capitalism*, dizem os americanos. Capitalismo para a companheirada, diríamos nós.

E sempre com certo ar de grandeza, herdado do antecessor: nunca antes como agora. Para provar os acertos, vale tudo: fazer citações sem respeito ao contexto, escamotear as contas públicas ou até mesmo, para se justificar, dizer: "Nunca ninguém puniu tanto os corruptos como este gover-

O PSDB e seus aliados lançaram as bases do Brasil contemporâneo, Aécio é sua expressão

no!". Como se as instituições de Estado (Polícia Federal, Ministério Público, tribunais, etc.) fossem mera extensão dos governantes.

Criou-se um clima de ilusão e embuste usando uma retórica baseada no exagero e na propaganda. Será isso democracia? Estamos, pouco a pouco, apesar de mantidas as formas democráticas, afastando-nos de seu real significado. Como em alguns outros países da América Latina. Com jeitinho brasileiro, mas com iguais consequências perversas. O modo de governar (democraticamente ou não) é tão importante para mostrar as diferenças entre os partidos quanto as divergências de orientação nas políticas econômicas ou sociais.

Por mais que a propaganda petista mistifique, as políticas sociais têm o rumo definido desde a Constituição de 1988. Executadas com maior ou menor perícia por parte de quem governa, com maior ou menor disponibilidade de recursos, o caminho dessas políticas está traçado: mais e melhor educação, mais e melhor saúde, mais e melhor amparo a quem necessita (bolsas, aposentadorias, etc.). Já a política econômica perdeu o rumo e destrói pouco a pouco as bases institucionais que permitiram consolidar a estabilidade e favorecer o cres-

cimento da economia.

No conjunto de sua obra, o governo atual rompeu o equilíbrio alcançado entre Estado, mercado e sociedade e dá passos na direção de um modelo à Ernesto Geisel. Tal modelo é incompatível com a democracia e com a economia moderna. Não poderão sobreviver os três ao mesmo tempo.

É esse o fantasma que nos ronda. Reeleita a candidata, a assombração vira ameaça real. Ameaça à economia e ao regime político, pelo menos quanto ao modo de entender o que seja democracia. Não é preciso que nos ensinem que democracia requer inclusão social e alargamento da participação política. Essa foi a luta do meu governo, desde o primeiro dia, em condições muito mais adversas. É este governo que necessita aprender que a inclusão e a participação verdadeiramente democráticas requerem defesa vigilante das liberdades fundamentais (especialmente de imprensa), autonomia da sociedade civil, separação entre partido, governo e Estado. Como o governo mostra dificuldade em aprender, só há um caminho: votar na oposição.

Mas em qual oposição? Com o devido respeito às demais forças opositoristas, que deverão estar juntas conosco no segundo turno, há um candidato e um partido que já demonstraram na prática que obedecem aos valores da democracia, da inclusão social e da modernização do País. Já mostraram também que sabem governar. O PSDB e seus aliados lançaram as bases sociais e econômicas do Brasil contemporâneo. Aécio é a expressão deste Brasil. Governando Minas Gerais, fez seu Estado avançar (o Estado tem hoje o melhor Ideb do País no ensino fundamental) e marcou a sua administração por inovações na forma de estabelecer e cobrar resultados. Não foi o único governador a se destacar no período recente, mas esteve sempre entre os melhores.

Meu voto, portanto, será dado a Aécio. Não só por ele, mas pelo que ele representa, como uma saída para a encruzilhada em que nos encontramos.

*
SOCIOLOGO, FOI PRESIDENTE DA REPUBLICA